



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150414 - MG (2021/0219920-0)

**RELATOR** : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)  
**RECORRENTE** : MICHEL VAZ DA SILVA (PRESO)  
**RECORRENTE** : MURILO LUIZ VAZ DA SILVA  
**RECORRENTE** : SILMARA STEFFANE SILVA FIGUEIREDO TORRES  
**RECORRENTE** : ANDREI FELIX FERNANDES  
**ADVOGADOS** : ANDERSON MARQUES MARTINS G. PEREIRA - MG112498  
LEONARDO ARRUDA DE OLIVEIRA - MG161290  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**CORRÉU** : DILSON GUSMAO DE OLIVEIRA NETO  
**CORRÉU** : PATRICK RODRIGUES PINHEIRO  
**CORRÉU** : GUSTAVO JULIO BITTENCOURT FLAUDIZO  
**CORRÉU** : MARCILIO AUGUSTO NOGUEIRA  
**CORRÉU** : MOISES SERAFIM BARBOSA  
**CORRÉU** : JOSE CLAUDIO LOIOLA ALVES  
**CORRÉU** : PATRÍCIA MOREIRA SILVA  
**CORRÉU** : CESAR DA SILVA  
**CORRÉU** : BRUNO RODRIGUES DE FARIA

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por MICHEL VAZ DA SILVA e OUTROS contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21.060314-8/000).

Os recorrentes são investigados pela suposta prática dos crimes de lavagem de dinheiro, tráfico de drogas e associação criminosa.

Sustentam a ocorrência de nulidade em razão da duplicidade de inquéritos visando apurar os mesmos fatos.

Destacam que "como no inquérito 0296277-24.2019.8.13.0024 já houve preteritamente pedidos de busca e apreensão, decisões acerca de restituição de bens anterior às decisões contidas nesse inquérito, aquele se torna prevento e deve absorver todo o conteúdo dessas investigações" (fl. 2.463). Pugnam, assim, pelo reconhecimento da litispendência, com o consequente trancamento da presente ação penal.

Aduzem, de outro lado, a incompetência da Vara de Tóxicos para o

julgamento do feito.

Defendem, por fim, o relaxamento da prisão em razão da anulação dos atos decisórios repetidos e superados no Inquérito n. 0296277-24.2019.8.13.0024.

Requerem, liminarmente, o trancamento da Ação Penal n. 0024.20.134247-4, a declaração de nulidade de todos os atos decisórios proferidos no presente feito e o relaxamento da prisão dos recorrentes, visto ter sido proferida por juízo incompetente. No mérito, pugnam pelo provimento do recurso para que seja confirmado o pleito sumário.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexiste flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente